



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 22/2006

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2006: -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. sr. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores, Dr. Luís Manuel Neves Rocha, Dr. Manuel de Jesus Martins, Prof.^a Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Dr.^a Sandra Margarida dos Santos Pereira, Dr. João Carlos da Silva Rua, Dr. Luís Miguel dos Santos Grego e a Chefe de Secção, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio. Presentes também os chefes da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. João Adelino Faustino de Oliveira, da Divisão de Obras Municipais, Eng.º Rui Manuel Reixa da Cruz Silva e da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística Eng.^a Paula Cristina Rodrigues de Oliveira Lourenço. Pelo sr. Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, sendo 9:30 horas, não tendo sido lida a acta da reunião anterior, por ter sido distribuído, previamente, o respectivo texto pelos senhores Vereadores, a qual foi aprovada por unanimidade e assinada. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua para louvar a Câmara Municipal e a AIBAP pelo “*European Enterprise Award*”, o qual orgulhava, motivava e puxava pela auto-estima e questionar também o executivo se o facto do representante não ter estado presente na cerimónia seria sinal de desinteresse ou de abandono do projecto.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Luís Miguel Grego usou da palavra para se reportar a uma notícia que tinha saído no jornal “Diário de Coimbra” de 10 de Novembro de 2006 respeitante ao jovem de Mira, Luís André Garrucho, com uma história já de todos conhecida e que não podia deixar de ser referida, sendo também uma forma de despertar



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

para os vários campeões existentes no concelho a fim de lhes poder ser feita uma justa homenagem.-----

----- A Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita, no seguimento da intervenção do Sr. Vereador Dr. Luís Miguel Grego disse que também tinha visto a notícia e que tinha ficado orgulhosa de haver um jovem, natural de Mira que, apesar dos problemas que tinha, continuava a ter muita garra. Terminou sugerindo que a Câmara Municipal o apoiasse monetariamente. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Luís Miguel Grego para dizer que a Câmara Municipal tinha vindo a apoiar o jovem Luís André e que este tinha sabido reconhecê-lo.-- -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, usou da palavra para dizer que relativamente à questão que tinha sido abordada pelo Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, não tinha chegado qualquer convite oficial ao seu gabinete e que não tinha existido qualquer tipo de desinteresse relativamente à AIBAP, embora existissem questões do passado, com as quais não concordavam. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 227 de ontem, o qual acusa um saldo orçamental de 1.096.680,85 € (um mil, noventa e seis mil, seiscentos e oitenta euros e oitenta e cinco cêntimos). -----

-----***DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:***-----

----- **ALARGAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SITOS NO CONCELHO DE MIRA:** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 281/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 24 de Novembro de 2006, no sentido de ser autorizado o alargamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, inseridos nos grupos 8º. e 9º., a requerimento dos interessados, desde que se observem, cumulativamente, as condições exigidas no artº. 13º, do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Prestação de Serviços, conforme discriminado na mencionada proposta anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante.-----

----- A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita interveio e perguntou se todos os estabelecimentos ficavam automaticamente abrangidos ou se teriam previamente que requerer o alargamento, tendo o sr. Presidente explicado que teriam que requerer o alargamento do horário e, do mesmo passo, cumprir um conjunto de condições previstas no artº. 13º. do Regulamento Municipal. -----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha perguntou se o alargamento agora aprovado se reportava ao ano todo, porquanto tinha algumas reservas relativamente a estabelecimentos inseridos em áreas residenciais. -----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal reservava-se sempre no direito de, em qualquer momento e sempre que se justificasse, intervir no sentido de tomar posição relativamente a algum estabelecimento que não estivesse a cumprir as normas legais e a causar problemas. -----

----- **Declarações de voto:** -----

----- A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita declarou que tinha votado favoravelmente a proposta por considerar que era preferível que os jovens do concelho permanecessem durante a noite na área do concelho de Mira e não tivessem que se deslocar para concelhos vizinhos, o que, de certa forma, tranquilizava mais os pais e poderia também evitar que fossem vítimas de acidentes de viação. Mais disse que esperava que os requisitos legais fossem cumpridos. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Luís Rocha declarou que o seu voto também era favorável porque, sendo Mira um Concelho turístico, a oferta em termos de animação era muito importante, contudo apelou para que, sempre que existissem situações anómalas, a intervenção fosse rápida. -----

----- **ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MIRA E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2007:** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra, dos Vereadores senhores Dr. Luis Rocha, Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita e Dr. João Carlos Rua e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quatro votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e Vereadores senhores Dr. Manuel Martins, Dr.^a. Sandra Pereira e Dr. Miguel Grego, aprovar a **proposta n.º 282/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 24 de Novembro de 2006, a qual integra o Orçamento e Opções do Plano do Município de Mira, para o ano de 2007.-----

----- Usou da Palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que, apesar das dificuldades actuais e de estarem limitados por muitas questões, o Orçamento era extremamente ambicioso, acautelando a infra-estruturação e o desenvolvimento do Concelho.-----

----- Interveio a Sr.^a Prof.^a Vereadora Lurdes Mesquita para questionar se estava prevista no Orçamento a resposta favorável ao requerimento formulado pelos ex-Autarcas, do anterior executivo; disse ainda que, como não tinha visto nenhuma referência relativa ao Largo da Feira de Portomar, gostava de saber se o executivo estaria a pensar acabar a obra. -----

----- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Começo por elogiar o sentido da introdução que revela o espírito no qual me revejo. Pena é que o orçamento que a seguir é apresentado em pouco ou nada se ajuste aos princípios e à filosofia tão expressa na referida introdução.-----*

----- *Como era de esperar poucas ou nenhuma surpresas. Nem Programa, nem Projecto...apenas ideias soltas Retrato fiel do exercício do que não deve ser o poder local... Teimamos em não mudar... Não se percebe quais as principais apostas, quais as prioridades e quais os projectos chave. -----*

----- *Parece tudo um conjunto de projectos desgarrados e sem um sentido global objectivo. -----*

----- *Eu esperava que o orçamento me elegesse como projectos prioritários, a AIBAP e o Parque de Negócios; os Pólos Industriais e Empresariais (Pólo I, II e Montalvo); O Turismo e a Qualificação Urbana. Que elegesse e que orçamentasse de acordo com essas prioridades. Que referisse projectos no âmbito do Programa ICentro. Mas nada. Parece que não são essas as prioridades.” -----*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguiu-se a intervenção do sr. Vereador Dr. Luis Rocha, do seguinte teor: -----
----- *“Plano e Orçamento 2007 pobre e sem estratégia: -----*
----- *Temos que confessar que havia da nossa parte, Vereadores do PSD, alguma expectativa face ao Plano e Orçamento da Câmara para o ano de 2007.-----*
----- *Para 2006 o Executivo PS argumentou veementemente que o Plano e Orçamento estariam muito condicionados pela herança que vinha do Executivo PSD – obras em curso e compromissos assumidos. -----*
----- *Para 2007 esperavamos pois um Plano e Orçamento “ à medida do executivo PS” integrando o cumprimento de algumas promessas eleitorais e, sobretudo um Plano coerente, estruturante, com visão estratégica e de futuro para o desenvolvimento de Mira. -----*
----- *Infelizmente, os nossos receios confirmaram-se e o Plano e Orçamento apresentado para 2007 não revela qualquer coerência, não tem linhas de orientação estratégica, não apresenta um quadro de desenvolvimento futuro. Não se vê um plano pensado, reflectido, de um Executivo que devia definir estratégias e tomar decisões enquadradas por lógicas coerentes de acção. É um mero somatório de obras avulso (a generalidade vindo já do Executivo PSD liderado por Mário Maduro). -----*
----- *Para concretizar alguma destas afirmações que evidenciam a pobreza do Plano e Orçamento, apenas alguns pontos:-----*
----- *1. Empolamento de Receitas – para um Executivo que tanto criticou o anterior por esta prática, que dizer de previsão do aumento de receitas em mais de 5 milhões de euros? Há alguma garantia de venda do Golfe? E como vai ser a venda dos terrenos para a implantação da Pescanova? Vão ser vendidos? Por quanto? -----*
----- *Infelizmente vamos vender as areias (ficando toda a zona envolvente sem produção agrícola) e os pinheiros do Montalvo e Cabaço (afinal as nossas florestas não eram intocáveis, como dizia o actual Presidente, na oposição?). E a receita de impostos directos, vai aumentar 110%, sobretudo com o IMI – Imposto Municipal sobre imóveis – vai sair dos bolsos de todos nós. -----*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Ainda nas receitas, vale a pena referir as verbas que a Câmara vai receber de candidaturas ainda feitas e aprovadas no tempo do anterior executivo PSD – Aveiro Digital (75% financiamento), Requalificação do Largo da Presa – 75% do Financiamento – Escola do Casal de S. Tomé. E já agora? Só não vai receber o financiamento que a Casa da Criança de Mira porque suspenderam e cancelaram a obra não é verdade? Somos um Município rico – damo-nos ao luxo de “mandar dinheiro” embora... ficando mais uma vez, sem obra e sem dinheiro.-----

----- 2. Obras / Investimentos -----

----- Quem lê as obras / investimentos descritos no Plano e Orçamento fica sem saber se estamos no Plano e Orçamento 2005, 2006 ou 2007.-----

----- É que as obras são excedentes dos mesmos. A Beneficiação das Escolas do Casal de S. Tomé, a Requalificação do Largo da Presa, a Construção da Variante Norte, as Infraestruturas do Parque de Campismo, a Construção de Casa da Música, o Centro Cultural de Mira, a Piscina Municipal, etc.-----

----- 3. Parque Desportivo Municipal – uma péssima opção de localização -----

----- O Executivo PS parou o Parque Desportivo Municipal planeado, projectado e adjudicado pelo PSD para o Pinhal da Gândara – tratava-se de uma localização excepcional, para um verdadeiro parque desportivo para a prática da maioria das modalidades desportivas incluindo o Atletismo. E era um projecto auto-suficiente financeiramente. Foi um enorme erro estratégico abandoná-lo. -----

----- A opção da Câmara, pelo Centro da Vila, é uma má opção. O Centro está já saturado de equipamentos, a área não permitirá a instalação de um verdadeiro parque desportivo para a generalidade das modalidades (os atletas de Valeirinha continuarão a treinar nas ruas...) -----

----- 4. E o Turismo é um sector estratégico? -----

----- Vendo o Plano e o Orçamento não parece. Além do Parque de Campismo não se vislumbra mais nenhuma intervenção. -----

----- 5. E as Zonas Industriais vão ser requalificadas? -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- *Ou não são importantes? Também sobre estas questões não se vê uma linha no Plano.* -----

----- *Finalmente, para um orçamento que se quer de rigor questiona o aumento das despesas com Pessoal em 5,21% (mais quase 200.00 euros) e o aumento com a aquisição de bens e serviços correntes de 29,32%, ou seja, mais de 800. 000 euros. Demonstra na prática, pouca ou nenhuma contenção e atenção permanente à gestão diária do Município.* -----

----- *Nós Vereadores do PSD, gostaríamos de ver nas opções do Plano um conjunto de obras, iniciativas coerentes e organizadas entre si, assentando em prioridades fundamentais, o Turismo (EcoMira, campanhas de promoção, Campo de Tiro), a Organização das Actividades Económicas – o Golfe, as Zonas Industriais, a potenciação máxima da Incubadora e a Requalificação Urbana – a requalificação de espaços públicos em todo o Concelho, a Requalificação do Centro da Vila, o Parque Desportivo Municipal, o Centro Cultural, a Casa da Criança, etc....Projectos a serem desenvolvidos de forma articulada com a Autarquia, Empresas, Centros de Conhecimento e privados de forma a projectar Mira como Concelho de Futuro.*-----

----- *Por tudo isto o nosso voto contra.*”-----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra e começou por dizer que se revia inteiramente no Plano e Orçamento. Respondendo a algumas dúvidas dos Srs. Vereadores disse que, o Largo da Feira e a sua verba estavam contemplados na pág. 5 do Plano Plurianual de Investimentos para 2007. No tocante às prioridades disse que, estavam perfeitamente elencadas, nomeadamente a requalificação urbana com 20% do Orçamento, Mercados e Feiras, onde estava inserida a lota, com 11,9%, Turismo 9,75%, Desporto, Cultura, Ensino e Educação com 7,8%; que, era angustiante sentir, saber o que queriam fazer, saber claramente a linha orientadora, saber que existiam as pequenas obras, de quase gestão corrente diária que, absorviam quase a totalidade do dinheiro disponível sendo obrigados a arranjar umas receitas, receitas essas quase extraordinárias, mas que iriam fazer face ao investimento que era estruturante no



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

concelho. Relativamente aos impostos indirectos disse que, não eram impostos; que, a principal receita dos impostos indirectos eram os loteamentos e o aumento de algumas taxas que há 5 anos não eram alteradas, sendo também uma forma de melhorar alguns serviços; que, por exemplo o Golfe era uma questão que constava em Orçamentos de anos anteriores mas que, estava convicto de que, se a questão do registo do terreno fosse resolvida proximamente, iria realizar-se a hasta pública em Março do próximo ano. -----

----- **Declarações de voto:** -----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha declarou que o sentido de voto assumido por si e pelos seus pares, estava expresso nas intervenções proferidas e que acima se encontram exaradas.-----

----- O sr. Presidente da Câmara declarou que era sua convicção que o plano e orçamento apresentados iriam servir perfeitamente os interesses do concelho e que algumas das obras que constavam já de orçamentos anteriores, atravessando vários executivos estavam agora a surgir no terreno. -----

----- **OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 283/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 28 de Novembro de 2006, no sentido de ser realizada uma reunião extraordinária do executivo camarário, no próximo dia 04 de Dezembro de 2006, pelas 10:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: “*Ponto um:* Aprovação de proposta de acordo a celebrar com a “Pescanova”, para instalação de uma Unidade de Aquicultura de Pregado no Concelho de Mira; *Ponto dois:* Proposta para constituir e integrar o Agrupamento de Municípios na base de equivalência a um A.C.E. e aprovação dos respectivos estatutos.”. -----

----- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:** -----

----- **TOMADA DE CONHECIMENTO DA PRÁTICA DE ACTOS, NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, EM MATÉRIA DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, DIVERSAS AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS, CONFORME LISTA EM ANEXO:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi tomado conhecimento, para cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 65º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da listagem de processos de obras despachados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo da delegação de competências, no período que medeia entre a reunião de 14 de Novembro de 2006 e o dia 23 de Novembro, bem como, dos respectivos despachos que sobre os mesmos recaíram, conforme relação anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante. -----

----- ALTERAÇÃO DO TIPO DE CAUÇÃO PRESTADA NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO REQUERIDO POR “ANADIMÓVEIS, LDª.”: -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 285/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 20 de Novembro de 2006, no sentido de ser autorizada a substituição da caução anteriormente prestada no âmbito do licenciamento da operação de loteamento com obras de urbanização requerido por “Anadimóveis, Ldª.”, por outra caução mediante garantia bancária no valor de 37.909,00 € e, consequentemente, a autorização de distrate de hipoteca a fim da requerente proceder ao cancelamento daquela sobre os lotes (10, 11 e 12), na Conservatória do Registo Predial. -----

----- DESAFECTAÇÃO DE CAMINHO MUNICIPAL DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA EFEITOS DE FUTURO LICENCIAMENTO DO EDIFÍCIO DA INCUBADORA: -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 286/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 24 de Novembro de 2006, no sentido da desafecção do caminho municipal existente na zona do edifício da Incubadora, do domínio público municipal e consequente integração do mesmo no domínio privado municipal. -----

----- Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º. da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- PEDIDO DE APROVAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO A RETALHO/MISTO APRESENTADO PELO PINGO DOCE, S.A.: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra, do sr. Vereador Dr. João Rua, uma abstenção do sr. Vereador Dr. Luis Rocha e 5 votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e Vereadores senhores Dr. Manuel de Jesus Martins, Prof^ª. Maria de Lurdes Mesquita, Dr^ª. Sandra Margarida Pereira e Dr. Luis Miguel Grego, aprovar a **proposta n.º 287/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 27 de Novembro de 2006, no sentido de ser aprovado o pedido de localização do estabelecimento de comércio a retalho alimentar/misto solicitado por “Pingo Doce, S.A”.-----

----- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Num eixo que se desejava uma Avenida e numa área que se pretende estruturada do ponto de vista urbano, começar pela instalação de uma Unidade Comercial como a do Pingo Doce sem qualquer estudo urbanístico de suporte para toda a área, é tudo o que não se deve fazer... Estacionamento, acessos, Imagem e Qualificação Urbana seriam sempre prioritários... caso contrário estaremos a construir uma Vila feita de peças e elementos urbanos desgarrados e sem sentido”* -----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego lembrou que o que estava ali a ser solicitado era, tão só, a aprovação da localização do estabelecimento e que, posteriormente, a Câmara Municipal iria pronunciar-se quanto a outras questões.-----

----- **Declaração de Voto:**-----

----- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua fez a seguinte declaração: -----

----- *“Voto contra porque entendo que é indispensável pensar e projectar em espaços e em lógicas mais abrangentes. Só assim se poderá construir uma imagem urbana mais qualificada e mais atractiva. Construir a Vila projecto a projecto sem considerar uma lógica global mais coerente não é de facto uma boa solução.”*-----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha declarou que não estava em causa a importância do investimento para o concelho, no entanto tinha algumas dúvidas quanto à localização, designadamente, no tocante ao trânsito na EN 109. -----

----- A sr^ª. Vereadora Prof^ª. Maria de Lurdes Mesquita declarou que tinha votado a favor, no pressuposto de que a obra cumpriria com o disposto no PDM, por considerar



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que mais uma superfície comercial seria sempre boa para o consumidor e ainda por uma questão de coerência para com o passado.-----

-----***DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:***-----

----- **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA OBRA DE “EXECUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE BOMBAGEM NA LAGOA”:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 288/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 27 de Novembro de 2006, no sentido de ser autorizada a prorrogação do prazo de execução da empreitada de execução de uma estação elevatória na Lagoa, por mais 720 dias, com base no disposto no art.º 194.º Do D.L. n.º 59/99, de 02 de Março. -----

----- Pelo Chefe da D.O.M., Eng.º Rui Silva foi explicado que a obra, apesar de ter sido consignada, não tinha sido considerada prioritária pelo então presidente do executivo que tinha dado ordens directamente ao empreiteiro para não avançar com a mesma e que o actual presidente da Câmara tinha entendido de forma diferente e mandado executar os trabalhos, pelo que era necessário agora prorrogar-se o prazo da execução da empreitada, nos termos legais. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para dizer que tinha tido informação de que o concurso tinha sido iniciado em Setembro de 2004, a adjudicação em 27 de Dezembro de 2004 e a consignação em 25 de Janeiro de 2005; que, os trabalhos tinham estado parados e seriam para recomeçar em Outubro de 2006, estando o fim previsto para 15 de Dezembro de 2006, mas como a empresa tinha alegado que não iria conseguir terminar até à data referida, disse que será terminada a curto prazo. Referiu ainda a disponibilidade que a empresa tinha tido, passado tanto tempo, para continuar a querer fazer a obra mantendo os mesmos preços iniciais. Como estsva anteriormente acordado. -----

-----***DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURA E DESPORTO:***-----

----- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL DESTINADO A PAGAMENTO DE DESPESAS DE TRANSPORTE DE ALUNO CARENCIADO, DURANTE O ANO LECTIVO DE 2006/2007:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 289/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser atribuído um subsídio mensal no valor de 20,00 € (vinte euros) à munícipe D. Ilda Cardoso Pacheco, residente na localidade dos Leitões, destinado a pagamento de despesas de transporte de seu filho menor Tiago Manuel Fernandes Pacheco, a frequentar a Escola Secundária Drª. Maria Cândida de Mira. -----

----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE EUROPEU DA ESCOLA SECUNDÁRIA DRª. MARIA CÂNDIDA, DE MIRA:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 290/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser atribuído um subsídio no valor de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) à Escola Secundária de Mira – Clube Europeu, destinado a fazer face às despesas inerentes à aquisição de um stand em madeira para funcionamento da sede do referido clube. -----

----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA LENTISQUEIRA:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 291/06**, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser atribuído um subsídio no valor de 3.000,00 € (três mil euros), à Associação Cultural e Desportiva da Lentisqueira, destinado à comparticipação nas despesas com material eléctrico utilizado na nova instalação eléctrica do recinto de jogos da referida associação.-----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego informou que a Associação tinha formulado o pedido de apoio em Setembro último e que, ao mesmo tempo, tinha proposto a cedência do material excedente, designadamente projectores e respectivos cabos que asseguravam a anterior iluminação, material esse que iria ser utilizado na iluminação do polidesportivo dos Leitões. -----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha disse que, quanto ao subsídio, nada tinha a opor, contudo, pretendia relembrar, uma vez mais, a opinião por si manifestada em anterior reunião, a propósito de subsídio atribuído pela Câmara Municipal no montante de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

2.000,00 €, para um investimento de cerca de 80.000,00 €, verba essa que, para si, era demasiado escassa. -----

----- **APROVAÇÃO DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM O TOURING:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 292/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 27 de Novembro de 2006, no sentido de ser aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Mira e o Touring Club Praia de Mira, cuja cópia se anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- A Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita começou por referir que daquilo que podia constatar o campo situava-se no campo velho, na Videira Sul; que, gostaria de saber se o terreno era propriedade da Câmara Municipal ou se estava incluído no litígio que existia entre os compartes e a Câmara Municipal, na faixa de terreno que os compartes reclamavam para si, e ainda se o PDM contemplava as infra-estruturas naquela zona.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para, em resposta à Sr.^a Prof.^a Lurdes Mesquita dizer que, todo o território, com excepção das questões privadas, sujeito ao regime florestal parcial de 1917, era território do Município; que, não existiam baldios em Mira, existiam sim, baldios Municipais. Relativamente à questão do PDM disse que, não existia problema nenhum uma vez que se tratava de uma infra-estrutura existente já há muitos anos; que, havia necessidade de começar a rentabilizar as questões sociais e desportivas; que, no terreno a questão era problemática necessitando de muita coragem e de instrumentos de trabalho para se poder actuar. -----

----- Usou novamente a palavra a Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita para, ainda sobre a mesma questão dizer que, depois da explicação que tinha sido dada pelo Sr. Presidente da Câmara, tinha ficado esclarecida mas que tinha algumas dúvidas relativamente aos registos dos terrenos, tendo o sr. Presidente da Câmara dito que o problema dos registos se colocava em todo o território do Concelho. -----

----- Interveio mais uma vez a Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita para dizer que tinha votado a favor porque tinha partido do princípio que a Câmara Municipal tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

condições efectivas para a celebração do protocolo; que, a única dúvida tinha sido relativamente à posse dos terrenos, evitando a existência de litígios. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego para dizer que assim, cada vez mais se iria construindo uma rede de apoio ao Município como um todo; que, ainda havia muito a fazer, nomeadamente em zonas do Concelho que estavam menos dotadas de infra-estruturas; que, era necessário começar a dar passos certos, seguros e com rumo, criando uma rede de equipamentos desportivos; que, já tinha sido criada uma de polidesportivos, faltando apenas a Praia de Mira, o que agora se pretendia colmatar. ----

---- CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E O GRUPO SÓCIO-CARITATIVO DA PARÓQUIA DO SEIXO:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 293/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Mira e o Grupo Sócio Caritativo da Paróquia do Seixo, cuja cópia se anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante. ----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Luís Rocha para dizer que estava de acordo com a celebração do protocolo mas com isto gostaria de saber se a hipótese do Jardim-de-Infância para a escola do Seixo tinha ficado de lado. Disse ainda que o Agrupamento de Escuteiros do Seixo tinha sido desalojado, portanto gostaria de saber também qual a possibilidade de no futuro poder haver uma partilha de espaços. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego para dizer que a escola do Seixo estava fechada e como tal não iria beneficiar; que, existia um grupo informal que tinha necessidade urgente de um maior espaço e neste sentido tinha sido elaborado um protocolo com as condições de que a Câmara Municipal não iria fazer qualquer tipo de investimento naquele edifício porque o fim que lhe estava destinado a curto prazo era o Jardim Infantil do Seixo que iria também ser contemplado na Carta Educativa. Relativamente aos Escuteiros disse que o problema lhe tinha sido colocado no dia anterior por um dos responsáveis e que, de imediato, tinha procurado uma solução que iria ser debatida brevemente; que, existia um terreno Municipal que estava cedido a uma associação do Seixo e que tinha a possibilidade de albergar mais uma instituição. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- ASSUNÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS INERENTES À INICIATIVA “DIÁRIO DE COIMBRA NAS ESCOLAS”: -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 294/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser assumido o pagamento da verba de 720,00 € (setecentos e vinte euros), destinada a suportar o custo da assinatura do “Diário de Coimbra” para distribuição pelas Escolas do 1.º C.E.B. do Concelho de Mira, no âmbito da iniciativa “Diário de Coimbra nas Escolas”. -----

-----A sr.ª Vereadora Prof.ª Maria de Lurdes Mesquita interveio para dizer que a iniciativa era de louvar, tanto mais que Portugal era um país caracterizado pelo baixo índice de leitura, devendo estimular-se as crianças, desde o início, a criar hábitos de leitura. Mais disse que, além do “Diário de Coimbra”, seria bom que também os jornais locais chegassem às escolas do concelho. -----

----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO NÚCLEO SPORTINGUISTA DE MIRA: -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 295/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser atribuído um apoio monetário no valor de 810,00 € (oitocentos e dez euros), ao Núcleo Sportinguista de Mira, destinado a minorar as despesas inerentes à organização e dinamização de diversas actividades de animação e desportivas decorridas na Praia de Mira e inseridas no programa de animação da época balnear (campeonato de futebol de praia e passagem de modelos).-----

----- Interveio A Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra Pereira para dizer que durante a época balnear tinha havido, por parte da associação, um grande apoio a nível de animação no futebol de praia, com a organização de uma passagem de modelos e a cedência de um insuflável; que, por esta razão lhe estava a ser atribuído um subsidio de 810,00€. -----

-----A sr.ª Vereadora Prof.ª Maria de Lurdes Mesquita interveio para referir que constatava haver ali alguma discrepância de tratamento com outras associações, uma vez que as actividades desenvolvidas se reportavam ao Verão passado e só agora a associação estava a ser ressarcida da despesa, enquanto que uma outra associação concelhia (EMIR), tinha levado a cabo uma iniciativa muito recentemente (programa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nacional da semana da Ciência e Tecnologia 2006) e já havia uma proposta para atribuição do subsídio para participação nas despesas com a organização do evento.

----- O sr. Vereador Dr. Miguel esclareceu que não havia qualquer discrepância de atitude; que, se tratava de despesas extraordinárias, necessárias ao bom desenrolar das actividades em causa e que só muito recentemente, há cerca de pouco mais do que 15 dias, tinham sido apresentadas as despesas contabilizadas com gastos de água e luz, daí que só agora fosse apresentada a proposta de atribuição do subsídio.-----

----- Seguidamente, a sr.^a. Vereadora Prof.^a. Maria de Lurdes Mesquita disse ter finalmente percebido a razão de ser do subsídio só agora estar a ser atribuído, do mesmo passo que disse que retirava tudo o que até ali tinha proferido.-----

----- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À “ASTROEMIR – NÚCLEO DE ASTRONOMIA DE MIRA”:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 296/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser atribuído um apoio monetário no valor de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) à Astroemir – Núcleo de Astronomia de Mira, para participação nas despesas com a organização do programa nacional da semana da Ciência e Tecnologia, inserido no programa da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva, levada a efeito na Escola Secundária de Mira de 20 a 25 de Novembro de 2006.-----

----- **REALIZAÇÃO DO II MERCADO DE NATAL:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 297/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser promovida a realização da segunda edição do Mercado de Natal, a realizar de 7 a 10 de Dezembro próximo, no Largo da Biblioteca Municipal (Jardins do Visconde), assumindo a Autarquia os encargos com a divulgação do evento, cachet's para actividades de animação e musicais, despesas de alimentação e outras.-----

----- A Sr.^a Vereadora Dr.^a Sandra Pereira interveio para dizer que este ano a organização do Mercado de Natal tinha sido feita com mais tempo comparativamente ao ano passado; que, tinha havido um grande número de associações a quererem participar mas que infelizmente já não existia espaço para todas elas. Disse ainda que a iniciativa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ia decorrer no Jardim do Visconde com mais animação do que o ano passado com grupos da zona, nomeadamente o grupo “Zuas”, a “Filarmónica Ressurreição de Mira”, com a animação de um Pai Natal, diversões infantis e uma oficina de postais que iria decorrer na Biblioteca Municipal. Seguidamente, distribuiu convites aos senhores Vereadores.-----

----- Interveio a Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita para questionar o porquê do Mercado de Natal se realizar de 7 a 10 de Dezembro e não na semana seguinte; que, na mesma data já existiam, pelo menos, duas festas no Concelho, mais concretamente na Praia de Mira e nos Carapelhos; que, na semana seguinte, seria o encerramento das actividades lectivas do 1.º período e, na sua opinião, seria uma melhor conjugação. -----

----- A Sr.^a Vereadora Dr.^a Sandra Pereira usou da palavra para dizer que partilhava da opinião da Sr.^a Prof.^a Lurdes Mesquita relativamente à data da realização do Mercado de Natal, mas tinham tido uma reunião com as associações que tinham participado no ano passado, as quais tinham sido da opinião de que a realização do evento tinha sido um pouco tarde sugerindo assim o fim-de-semana anterior que, por coincidência, este ano era o mesmo fim-de-semana em que se iria realizar duas festas no Concelho.-----

----- FESTA DE NATAL PARA AS CRIANÇAS DAS ESCOLAS DO CONCELHO DE MIRA:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 298/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 23 de Novembro de 2006, no sentido de ser promovida a realização da Festa de Natal das crianças das escolas do concelho de Mira, abrangendo cerca de 1.100 crianças, a levar a efeito no salão dos Bombeiros Voluntários, no dia 14 de Dezembro próximo, assumindo a Autarquia as despesas com materiais, divulgação, transporte das crianças, alimentação dos monitores, espectáculo musical e presentes para todas as crianças. -----

----- CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ALA-ARRIBA:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra, dos senhores Vereadores Dr. Luis Neves Rocha, Prof.^a Maria de Lurdes Mesquita e Dr. João Carlos Rua e quatro votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e vereadores senhores Dr.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Manuel Martins, Dr^a. Sandra Pereira e Dr. Miguel Grego, aprovar a *proposta n.º 299/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 24 de Novembro de 2006, no sentido de ser aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a Associação Desportiva Ala-Arriba, cuja cópia se anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que, na sua opinião, tudo o que pudesse ser dito à volta do assunto, devido às inúmeras questões e elementos que estavam envolvidos era possível encontrar desvantagens e questões menos bem conseguidas mas que, seria uma oportunidade histórica, em que as vantagens suplantavam de uma forma gigantesca as eventuais desvantagens e que podia vir a resolver as questões desportivas do Concelho. Disse ainda que não tinha havido nenhuma tomada de posição oficial da parte da Câmara Municipal, tinha havido entendimento e conversação com os órgãos da associação; que, gostaria também de esclarecer que aquele local era uma zona de equipamento, uma área escolar, onde já existia o pavilhão e a piscina municipal, a casa da musica, os bombeiros etc; que, reunindo todas as condições da envolvente, seria benéfico para o Concelho. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para dizer que era um momento de grande importância porque ainda há poucos meses tinham sido acusados de ter deixado morrer o “Ala-Arriba”; que, nunca tinham desistido de salvar a associação assim como, nunca iriam desistir de salvar qualquer outra. Disse que o problema da associação era não ter corpos dirigentes, e que depois de várias conversas tinha surgido a oportunidade que nem a associação nem a Câmara Municipal quiseram perder; que, a grande dificuldade do “Ala-Arriba”, não ter corpos dirigentes estava colmatada; que, já existiam corpos dirigentes que tinham sido eleitos segundo os estatutos, compostos por pessoas de grande credibilidade e capacidade; que, estavam reunidas todas as condições para ter aquilo que Mira, ainda há pouco tempo não imaginava que fosse possível; que, na sua opinião, era a localização ideal, era tentar chegar a um cúmulo de perfeição que nunca tinha imaginado, congregando num só espaço todos os equipamentos desportivos,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sobretudo, associados àqueles que eram os principais utilizadores das instalações, que eram as escolas; que, com uma piscina fantástica, com um pavilhão muito bom e depois com um estádio municipal de relvado sintético, tinham todas as condições para poder voltar a ter a área de desporto em Mira e quem sabe, no âmbito da escola de promoção turística, cursos na área do desporto; que, de certeza não iriam ter um campo para ser utilizado ocasionalmente por meia dúzia de pessoas mas que iriam ter, pelo menos, um clube, com vontade de lá treinar e de lá jogar. Terminou, deixando uma palavra de apreço aos actuais corpos dirigentes do “Ala-Arriba” e também àqueles que durante meses tinham assegurado a associação e que nunca tinha desistido de lutar para voltar a ter um clube que seria falado pela positiva, com um património e um capital social muito importante; que, com as pessoas idóneas que tinham assumido o “barco”, todos estavam salvaguardados. Deixou um voto de louvor à actual direcção e ao Sr. Presidente pelo esforço e crença que sempre tinha mantido no projecto.-----

----- A Sr.^a Vereadora Prof.^a Lurdes Mesquita usou da palavra para manifestar a sua tristeza pelo facto de o clube não estar a disputar nenhuma prova federada na presente época desportiva. Congratulou-se pelo “Ala-Arriba” ter renascido e as pessoas que sempre tinham gostado da associação e se identificavam com ela, terem voltado a agarrá-la para tentar construir o futuro. Esperava contudo que Mira não se dedicasse só ao futebol mas também a outras modalidades.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Luís Rocha para dizer que em Setembro tinham lamentado o facto de o “Ala-Arriba “ ter ficado sem actividade, até porque era uma associação com uma história muito relevante em Mira e no Concelho mas que naquele momento se congratulava com o facto de existir uma nova direcção composta por pessoas disponíveis, com vontade e dedicação. Disse também que estariam todos de acordo se a realidade fosse apenas aquela mas como já existia um projecto, uma obra adjudicada, um plano mais abrangente do que a concessão de um parque desportivo municipal, incluindo o atletismo, tinha sido, na sua opinião, uma pena terem abandonado a questão do parque desportivo municipal no pinhal da Gândara; que, tanto



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quanto tinha conhecimento, todos os parques desportivos municipais tinham estado a ser feitos fora dos centros; que, a questão da oportunidade da candidatura ao relvado não se perderia porque podia ter sido feita a candidatura da mesma forma, para o parque desportivo municipal que estava já planeado e adjudicado. -----

----- O sr. Deputado Dr. João Rua usou da palavra para dizer que se revia em quase tudo aquilo que o sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha dito na sua última intervenção; que, assinalou e elogiou um processo de negociação que, se não teve iniciativa da Câmara Municipal, se o tivesse tido ainda mais de louvar tinha sido; que, em casos como aqueles as Câmaras Municipais não podiam estar à espera que as coisas aparecessem e tinham que agir; que, tinha compreendido e tinha aplaudido o protocolo porque considerava que era um resultado lógico de um entendimento, num processo comercial mas, não concordava com a sua localização. Disse que o campo do “Ala-Arriba” estava numa zona que era classificada como uma zona mono-funcional; que, tinha uma carga de equipamentos em espaço já muito extensível comparativamente com o centro onde viviam as pessoas, facto que estava evidente nos textos do plano de urbanização; que, apontava um área urbana que envolvia a zona do cemitério até ao centro de saúde, zona que estava na posse de privados, caindo a acção sobre a iniciativa privada; que, envolvia um outro terreno onde estavam os armazéns da Câmara Municipal, o campo do “Ala-Arriba” e o jardim; que, eram os elementos ou espaços mais vazios que lhe tinham permitido pensar numa lógica de requalificação de um futuro centro mais urbano para a vila Mira. Acreditando que um dia o Plano de Urbanização seria realidade, poderia permitir aos privados que começassem a urbanizar a zona; que, a intervenção aos armazéns da Câmara Municipal e a ligação ao centro da vila competia exclusivamente à Câmara Municipal; que, a localização do “Ala-Arriba”, independentemente da classificação no Plano de Urbanização, tinha uma lógica muito própria; que, no actual contexto, tinha sido uma excelente oportunidade para iniciar um processo de negociação, mas quando se falava na questão do parque desportivo municipal as lógicas eram um pouco diferentes; que, o próprio Plano de Urbanização



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

reservava uma outra área de reserva de equipamentos na proximidade da Lagoa que já tinha pressuposto que necessitasse de um espaço maior que, não fosse apenas para o campo; que, o anterior executivo tinha sugerido a questão do parque desportivo municipal no pinhal da Gândara que lhe tinha parecido uma lógica muito ajustada do ponto de vista da sustentabilidade da sua execução porque, iria ser muito mais que um campo relvado, envolvendo a pista de atletismo, campos informais e envolvia uma atitude de execução sem sobrecarregar o investimento municipal; que, tinha sido um projecto minimamente auto-sustentável do ponto de vista económico. Com a actual atitude de fazer um campo relvado no campo do “Ala-Arriba”, na sua opinião, tinha-se perdido duas grandes oportunidades: redesenhar todo o centro urbano da vila e para o “Ala-Arriba” tinha sido desfavorável uma vez que se podia ter envolvido noutro tipo de processos negociais como sempre tinha pensado; que, tinha sido muito mais lógico, sem ter posto nada em causa, se o campo estivesse previsto para outro local, nomeadamente no pinhal da Gândara permitindo fazer uma aposta na qualificação da área do turismo e tinha-se ganho ainda um espaço e uma oportunidade para negociação directa entre o Município e a Associação “Ala-Arriba” na qualificação daquele espaço, envolvido numa lógica de urbanização e de chamar pessoas para o centro da vila; que, o espaço a que se tinha referido envolvia o campo do “Ala-Arriba”, armazéns da Câmara Municipal e toda a cintura de área urbana que, já tinha referido e com ligações lógicas ao centro da vila. Por fim, disse que, do seu ponto de vista, tinha sido uma oportunidade perdida e que de certa maneira iriam hipotecar uma avaliação futura que podia ser diferente.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que continuavam a concordar com o fundamental mas que, não estavam de acordo com a localização e mesmo relativamente à requalificação do centro da vila; que, o executivo tinha também um projecto de requalificação para o centro da vila que não era aquele que o Sr. Vereador Dr. Carlos Rua defendia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra e começou por dizer que não ia tentar convencer o Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua a mudar de opinião. De facto já havia um projecto para um local mas que, em termos práticos, também havia um concurso que tinha sido apressadamente conduzido e por esse motivo não estava muito correcto nomeadamente a primeira fase suplantavam as outras fases; que, à volta do estádio de futebol não existia nenhuma pista, a não ser que se tivesse referido à pista que existia à volta do campo de rãguebi; que, concordava com o facto de estádios grandes necessitarem de milhares de lugares de estacionamento mas que não era o caso; que, se tratava de uma infra-estrutura dedicada a utentes muito direccionados, nomeadamente a equipas de futebol que chegavam para treinar, de escolas etc.; que, tinha referido, no caso da Tocha, que o campo estava fora do centro da vila mas tinha identidade com o clube que lá jogava mas que no caso de Cantanhede, Febres e Vagos eram no centro ou junto da comunidade escolar; que, tinham que perguntar se os clubes, as escolas iriam usar o campo; que, por exemplo as escolas iriam utilizar o campo situado no pinhal da Gândara se lhe fosse assegurado o transporte ou então apenas o utilizavam ocasionalmente; que, não dava para fazer tudo o que estava previsto no anterior projecto mas que existia uma envolvente que dava para embelezar; que, também existia um projecto para aos armazéns da Câmara em que iria permitir tornar a rua numa rua secundária, terciária e circundar aquela zona que era municipal e aproveitar a zona de equipamento, criando um grande centro, quase pedonal de pessoas que pudessem ir lá praticar alguma coisa; que, não acreditava que as pessoas pertencentes ao “Ala-Arriba” quisessem entrar num acordo em que tivessem que vender o terreno que era da associação; que, não fazia sentido vender o património que era de uma associação a troco de ir para um estádio municipal, podendo protocolar a utilização; que, tinham estado a falar num conjunto de cenários excelentes que na prática não iriam ser realizados; que, estavam a trabalhar com terrenos privados porque não havia dinheiro para comprar; que, concordava que se vendessem as areias, a zona residencial da Praia 2 para investir na requalificação da praia, que vendessem o pinhal



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de Portomar para investir na qualidade de vida da população mas que a questão que se colocava era estabelecer um protocolo com a associação desportiva “Ala-Arriba” para que fosse feito um estádio municipal, num terreno que era posse plena da associação. Disse ainda que a Praia de Mira era das freguesias mais prejudicadas porque só tinha um polidesportivo na Barra mas que em termos de formação tinha tido resultados fantásticos com excelentes jogadores; que depois de existir um campo bom, em que cada clube tivesse a sua identidade com boas condições, não só para treinar mas também para jogar; que, nunca seria um estádio megalómano que iria encher um dia, por festa; que, preferia ter uma coisa pouca, mas possível.-----

----- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Luís Rocha para dizer que, relativamente àquilo que tinha sido dito pelo Sr. Vereador, tanto quanto sabia a questão da pista de atletismo tinha sido muito bem aceite e bem equacionada pela Federação Portuguesa de Atletismo; que, continuava com a opinião de que o verdadeiro parque desportivo municipal seria na zona para onde estava planeado, podendo vir a ser lá criado um novo pólo de desenvolvimento e uma nova centralidade; que, estavam em desacordo relativamente ao local mas não relativamente à importância e a necessidade que havia de ter um parque desportivo municipal em Mira.-----

----- Usou da palavra o Sr. Vereador Dr. João Carlos Rua para dizer que tinham entendido que todo o procedimento tido, tinha sido possível desde que o sítio fosse outro; que, o espaço onde estava o actual campo do “Ala-Arriba” era um espaço importantíssimo para a qualificação urbana do centro da vila; que, localizar lá um relvado não iria resolver nada do ponto de vista do parque desportivo municipal, iria de certa forma hipotecar o desenho futuro, do ponto de vista de terem um centro urbano muito mais qualificado.-----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que tinha votado favoravelmente porque atendendo à oportunidade que, podia ser única, o concelho poderia ficar, de todo, dotado de infra-estruturas desportivas dignas de um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

município que queriam projectar, de apoio aos jovens, no plano desportivo, social e educacional, numa zona escolar e desportiva.-----

----- O sr. Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para dizer que se congratulava pelo executivo ter aprovado uma questão tão importante e que lamentava não terem sido capazes de convencer os três votos dos digníssimos vereadores do Partido Social Democrata, a votar favoravelmente um assunto que embora tivesse questões que os dividiam, tinha pensado que as questões que os uniam eram enormes. Terminou agradecendo aos órgãos da associação desportiva “Ala-Arriba”, ali presentes, todo o empenhamento manifestado para revitalizar a associação. -----

----- CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E OS REPRESENTANTES DAS “COMPANHAS” QUE LABORAM NA PRAIA DE MIRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 300/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 24 de Novembro de 2006, no sentido de ser tomado conhecimento da celebração dos protocolos entre o Município de Mira e os representantes da “companhas” que laboram na Praia de Mira, designadamente, *Senhor dos Aflitos, São José, Rapazote, Conquistador, São Vicente, Lagoa Azul, Alexandre Vieira e Estrela do Mar*, cuja minuta se anexa à presente acta, dela ficando a fazer parte integrante. -----

---- AUDIÇÃO DOS MUNICÍPIES: NOS TERMOS DO N.º 5 DO ART. 84.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:-----

----- Encontrando-se presentes na sala os dirigentes da Associação Desportiva Ala-Arriba, por eles foi feito um agradecimento, na pessoa do sr. Valdemar Almeida, à forma como a Câmara Municipal tinha apoiado a associação e, bem assim, ao voto de louvor proposto à direcção pelo sr. Vereador Dr. Miguel Grego. -----

----- Igualmente presente na sala, o representante da associação de defesa do ambiente “Água Triangular”, Paulo Rebocho, o qual solicitou ao sr. Presidente da Câmara a marcação de uma reunião com todos os parceiros do projecto “Nova Gândara”, dada a necessidade de reavaliação do projecto, tendo em vista a sua candidatura ao CREN. O



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sr. Presidente da Câmara lamentou a sua indisponibilidade, nos últimos tempos, mas disse que, logo que fosse possível, seria marcada a reunião solicitada. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 12:30 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no nº. 4 do artº. 92º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____ na qualidade de secretária, redigi.-----

(*Presidente da Câmara: João Maria Ribeiro Reigota, Dr.*)

(*Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio*)